

O MERCADO CENTRAL DE GOIÂNIA NA TRAJETÓRIA HISTÓRICO-CULTURAL GOIANIENSE

THE CENTRAL MARKET OF GOIÂNIA IN THE HISTORICAL AND CULTURAL TRAJECTORY OF GOIANIENSE

Azenaide Lopes Pereira Garcia

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio da Universidade Estadual de Goiás (PROMEP/UEG)

azenaidep@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0002-8643-7803>

Maria Dailza da Conceição Fagundes

Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG)

maria.fagundes@ueg.br

<https://orcid.org/0000-0001-9974-041X>

Resumo: Neste artigo analisam-se aspectos da história da construção de Goiânia (Goiás) e da migração advinda com a transferência da capital. Como foco dessa análise, problematiza-se a inserção do Mercado Central de Goiânia, na década de 1940, na rua 4 do Setor Central, transferido no final dos anos de 1980 para uma nova edificação localizada na rua 3, no mesmo setor, onde se encontra até os dias atuais, bem como sua atribuição como patrimônio cultural goianiense. Como metodologia, desenvolveu-se uma pesquisa de natureza aplicada, com abordagem qualitativa, pesquisa bibliográfica e documental, além de visitas *in lócus*. Observa-se, na trajetória histórico-cultural de Goiânia, a continuidade do comércio de produtos e de práticas que se mantêm como formas de sobrevivência familiar e cultural. É comum a frequência de antigos moradores e a visitação de pessoas que estejam a passeio pela cidade procurarem no mercado público vivenciar os costumes e tradições enraizados nos gostos e conhecimentos singulares de cada região. Nesse sentido, o Mercado Central de Goiânia se revela como antiga tradição que resiste na capital construída sob os discursos que exaltavam o moderno, constituindo-se como lugar de memória e de identidade goianiense.

Palavras-chave: Goiânia. Migração. Mercado Central. Patrimônio Cultural.

Abstract: This article analyzes aspects of the history of the construction of Goiânia (Goiás) and the migration resulting from the transfer of the capital. As the focus of this analysis, the insertion of the Mercado Central de Goiânia, in the 1940s, on 4th street of the Central Sector, was problematized, transferred in the late 1980s to a new building located on 3th street, in the same sector, where finds until the present day, as well as its attribution as cultural heritage of Goianiense. As a methodology, an applied research was developed, with a qualitative approach, bibliographical and documental research, in addition to in locus visits. It is observed, in the historical-

cultural trajectory of Goiânia, the continuity of the trade of products and practices that remain as forms of family and cultural survival. It is common for former residents and people visiting the city to visit the public market to experience the customs and traditions rooted in the unique tastes and knowledge of each region. In this sense, the Central Market of Goiânia reveals itself as an old tradition that resists in the capital built under the discourses that exalted the modern, constituting itself as a place of memory and identity of Goianiense.

Keywords: Goiânia. Migration. Central Market. Cultural Heritage.

Considerações iniciais

Esta análise está voltada à migração como forma de evidenciar as contribuições que diferentes e diversos grupos, e até mesmo pessoas individualmente, influenciam nos hábitos e costumes que predominam em regiões e estados da federação distintamente, e assim são inseridos na vida cotidiana, e se tornam expressões exclusivas que podem ser vivenciadas no cotidiano do goianiense.

De maneira peculiar, o estudo evidenciará a migração para a cidade de Goiânia, influenciados pela divulgação de uma cidade moderna e com possibilidades de melhores condições de vida. Isso porque a nova capital goiana se inseriu na política de governo de Getúlio Vargas que pregava a redentora “Marcha para o Oeste”, tendo como um dos eixos formadores a transferência da capital, que deixaria de ser Vila Boa para se tornar Goiânia, na década de 1930.

No contexto brasileiro, esse é o período em que a cidade e o urbano passam a ser divulgados como o espaço onde o social, o econômico, o progresso e o desenvolvimento tendem a acontecer, favorecendo o esvaziamento de zonas rurais que passaria a fortalecer e formar os ambientes urbanos pela força de trabalho das mãos de homens e mulheres que chegavam para trabalhar e morar, movidos pelo anseio de melhores condições de vida, como era difundido.

Assim, os migrantes trabalhadores em diferentes serviços, mas principalmente da construção civil passaram a ser os protagonistas do desenvolvimento de edificações que deram as formas ao espaço urbanizado, como também são os agentes que trouxeram seus costumes e hábitos, a quem atribui-se os genes na formação cultural da população goianiense.

As influências dos migrantes se fizeram perceptíveis na culinária, nas festas, celebrações religiosas, nos espaços coletivos frequentados por essas

173

peças, o que inclui os lugares em que o comércio e trocas aconteciam, as feiras e mercados públicos, formados para atender as necessidades básicas, principalmente de alimentação.

Nesse sentido, o objeto de estudo nessa análise é a cidade de Goiânia e o Mercado Central, construído no início da década de 1940, cuja finalidade era a de atender às pessoas que chegavam à nova capital cheios de sonhos e esperanças de melhoria de vida e atraídas pela propaganda de que seria uma cidade de progresso e modernidade.

O artigo discorre acerca da construção da nova capital goiana e dos consequentes processos migratórios, e sobre o surgimento do Mercado Central, enquanto espaço de tradições e costumes que engloba uma grande variedade de ofícios e saberes concebidos como patrimônio cultural, desde o modo de produzir alimentos, ao conhecimento sobre ervas para o preparo de garrafadas, entre outros produtos comercializados no local.

Com base bibliográfica e documental, o artigo foi estruturado em duas partes. A primeira apresenta de maneira breve a fundação de Goiânia e a história de migrações no estado de Goiás. Na segunda, considerando o contexto da construção da nova capital, é abordado a criação do Mercado Central e sua significância histórica e cultural, como local pioneiro de compra, venda, troca, encontros e sobrevivência na nova capital goiana.

Da ideia do progresso à ilusão que atraiu as massas: a construção de Goiânia e o perfil do migrante

A mudança da nova capital goiana efetivamente só ocorreu no ano de 1933, por meio de propostas apresentadas pelas lideranças políticas em Goiás, cujo principal interventor foi Pedro Ludovico Teixeira. Mesmo que tenha ocorrido resistência durante a tramitação, a ideia da transferência contava com o apoio político nacional, uma vez que o plano de mudança não estava somente na esfera estadual. Por mais que as justificativas apresentadas por Pedro Ludovico Teixeira tivessem viés político e econômico, elas também se alicerçavam na necessidade de o novo local para fundar a capital fosse mais salubre.

Ademais, a referência dada a Vila Boa era negativa com designações pelas quais dizia que as condições comprometiam a saúde dos moradores, sendo

acrescentada nos despachos a existência de inúmeros registros de doenças, a falta de abastecimento de água encanada para o consumo humano, energia elétrica e rede de esgoto. As moradias foram criticadas sendo chamadas de “casas anti-higiênicas e anti-estéticas” (SOUZA, 2002, p. 74).

Seria mesmo a preocupação do interventor regada de preocupações para garantir a melhor qualidade de vida dos moradores, ou seu entusiasmo apenas cumpria anseios políticos para se promover no cenário político nacional, uma vez que as propostas de expansão e ocupação do oeste nacional eram políticas projetadas por Getúlio Vargas?

Um dos projetos idealizados a partir do pensamento de modernidade foi o modelo arquitetônico e urbanístico para a cidade de Goiânia, elaborado pelo Urbanista Atilio Correia Lima, e que anos depois contaria com as contribuições e intervenções do Arquiteto Urbanista Armando Augusto de Godói. O projeto contemplou a preservação de áreas verdes, os primeiros bairros, praças e avenidas e o modelo arquitetônico dos primeiros edifícios e mais 20 tipos de casas para funcionários, conforme o “Decreto nº 3.547, de 6 de julho de 1933”: “6ª – os planos aludidos na letra f da cláusula 3ª constarão do projeto completo, isto é, fachadas, plantas e cortes, bem como das especificações, cálculos e orçamentos dos edifícios e 20 tipos diferentes de casa para funcionários” (DECRETO Nº 3.547, 1933).

Foi entregue ao interventor de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, pelo arquiteto Atilio Lima, o relatório e o projeto cuja escolha do modelo, de acordo com o que destaca Daher (2003, p. 51), espelhou-se no “urbanismo francês do início do século XX”, com edificações arquitetônicas no estilo *Art Déco*, exemplos evidenciados nos prédios públicos e que estão discriminados no Decreto nº 3.547, de 6 de julho de 1933, bem como algumas construções de residências particulares.

8ª - os edifícios de que trata a alínea da mencionada condição 3ª serão os seguintes:

1º - Palácio do Governo;

2º - Secretaria Geral do Estado;

3º - Diretoria Geral de Segurança e Assistência Pública;

4º - Palácio da Justiça;

5º - Palácio da Instrução;

6º - Quartel da Fôrça Pública;

7º - Hotel com 60 quartos;

8º - Prefeitura. E mais os vinte tipos de casas para funcionários.

9ª – pagamento da importância de cinquenta e cinco contos de réis (DECRETO Nº 3.547, 1933).

Com o passar do tempo, aos poucos, o projeto do traçado urbano de Goiânia tomava a forma e mudava a paisagem das terras de fazendas que o Estado de Goiás adquirira para a implantação da capital goiana, cujos requisitos a colocaria em condição “necessária para integrar o interior brasileiro ao mercado nacional (DAHER, 2003, p. 34).

Assim, a fundação de Goiânia foi “resultado da doação e compra de terras, pertencentes às antigas fazendas situadas no município de Campinas” (MARTINS, 2007, p. 145). O trabalho para a roçagem de uma área, conforme Souza (2002), era feito para que o plano de urbanização da cidade se consolidasse e materializasse as primeiras edificações públicas, como o palácio do governo estadual citado Decreto nº 3.547 cujo plano diretor previa:

- a) Sistema de logradouros públicos;
- b) Indicações relativas à circulação;
- c) Zoneamento ou divisão da cidade em várias zonas, cada uma com determinada finalidade;
- d) Esquema das rêsdes de água, de esgoto, de luz e de fôrça;
- e) Sistemas de parques, jardins, ruas jardins, terrenos para esportes e recreio, bem como indicações sobre a arborização das ruas;
- f) Plano detalhado do centro cívico e dos principais edifícios correspondentes;
- g) Indicações sobre a coleta, transporte e tratamento do lixo;
- h) Cadernos das obrigações relativas aos edifícios a serem construídos nas quadras centrais [...] (DECRETO Nº 3.547, 1933).

Envolvido em um discurso de modernidade, o plano urbanístico e arquitetônico de Goiânia adotou como modelo o estilo europeu *Art déco*, marcado pela evidência e características em que o projeto para as edificações dos prédios públicos e particulares como também para o traçado das primeiras ruas e avenidas radiais e para prédios públicos e construções particulares ganhassem destaque e seus desenhos dispusessem uma predominância e evidenciassem formas geométricas e simetrias destacadas por linhas retas, horizontalizadas e verticalizadas que formam os adornos das fachadas de edificações. E, nos traçados urbanísticos criados, além das praças públicas para uso coletivo, projetou-se uma cidade que preservaria suas áreas verdes com destaque para os bosques e um jardim botânico. A figura a seguir é do Palácio das Esmeraldas, um dos primeiros prédios construídos, no modelo

arquitetônico escolhido à época, estilo *Art Déco*, uma das formas utilizadas para expressar desenvolvimento e modernidade.

Figura 1: Palácio das Esmeraldas / Goiânia – GO



Fonte: Arquivo IBGE / Fonte: aredacao.com.br

No ano de 1934, não se cessaram os conflitos políticos em decorrência da mudança da nova capital goiana. Somente no ano de 1937 é que acontece a viabilização política e social para a mudança com o Decreto nº 1.816, de 23 de março de 1937¹, que sustenta a ordenação e decisão para a mudança definitiva.

A construção de Brasília também motivou discussões sobre a economia, a demografia, tecnologias e cultura, e favoreceu o fortalecimento de migrações também de outros estados do país e o êxodo rural, provocando nas cidades um crescimento acelerado (FREITAS, 2011, p. 54).

Segundo aborda Daher (2003), o interventor Pedro Ludovico Teixeira, celebrou o contrato com as especificações das obrigações que a empresa contratada teria, sendo uma delas no Art. 4º de que o projeto deveria prever uma população de 50.000 habitantes, também mencionado por Ofélia Monteiro (1938, p. 77), com a

¹ O Decreto nº 1.816, assinado no dia 23 de março de 1937, que trata acerca da transferência para Goiânia, a capital do Estado de Goiás, publicado no Correio Oficial, Órgão dos Poderes do Estado de Goiaz, na data de 25 de março de 1937. Ano: LXXXI, Número 3.403. Disponível em: <https://www.casacivil.go.gov.br>.

elaboração do projeto na década de 1930, pelo arquiteto urbanista Atílio Correa Lima, representante da firma P. Antunes Ribeiro e Cia, do Rio de Janeiro (MONTEIRO, 1938, p. 74).

Goiânia, hoje com características de metrópole, chega ao século XXI com população de 1.302.001 pessoas, segundo dados do Censo 2010 coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE)².

A estimativa apresentada pelo instituto é de 1.555.626 pessoas no ano de 2021. É preciso mencionar que no documento de contrato deveria ser “indicada na planta da cidade (escala 1:5.000) a área para comportar futuramente uma população de 50.000 habitantes, devendo ser projetada, com todos os detalhes na escala 1:1.000 a área que comporte uma população de 15.000 almas.” (DAHER, 2003, p. 51)

A área destinada para uma população de cinquenta mil habitantes foi pensada para ser o núcleo pioneiro e os primeiros bairros contemplados no plano inicial projetado para a cidade, onde os moradores que compunham o grupo de elite construiriam suas casas. Assim, com o passar dos anos, a área destinada para a nova capital foi ganhando formas no traçado planejado para seus solos.

A mudança da capital goiana gerou o interesse de novas possibilidades de modificações aos que a idealizavam. A proposta era colocar Goiânia em destaque no cenário nacional a fim de atrair famílias e pessoas social e economicamente preparadas para o desenvolvimento e que tivessem as características da sociedade que se pretendia formar.

Algo que evidenciou estas intenções foi o Batismo Cultural, que segundo Alves (2002), foi o evento que apresentaria Goiânia para a nação brasileira como uma cidade que acompanhava o progresso e o desenvolvimento. Por isso o lançamento da Pedra Fundamental ocorreu no Cine Teatro Goiânia, inaugurado no mesmo ano, em 1942, para mostrar para a sociedade brasileira que a nova capital também se inseria no campo das artes da dramaturgia.

Edificações modernas foram levantadas, como o Grande Hotel construído para hospedar não os trabalhadores da construção civil, mas as autoridades, os políticos e artistas que vieram para as festividades de fundação da cidade. Alves (2002) argumenta que o projeto alterado pelo arquiteto urbanista Armando de Godói,

² Dados coletados no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acerca da cidade de Goiânia, GO. Entre os anos de 2021 e 2022, o IBGE está realizando o Censo para atualização da demografia no país.

contempla no plano urbanístico os primeiros bairros: Central, Sul, Oeste e Leste. Os usos dos espaços seriam para moradores que detinham melhores condições socioeconômicas, e o excedente da população contabilizada por homens que vieram trabalhar na abertura de ruas, construção de usina, edifícios públicos e particulares, entre outros, não estava previsto morar nas áreas destinadas para esses setores.

Pelá e Chaveiro (2009) afirmam que o plano de mudança da capital goiana foi o resultado de estratégias de poder econômica e social que não era somente de interesse regional, a projeção era nacional, pois a busca era colocar o país em nível e ritmo de produção capitalista, sendo proposto uma cidade moderna e para o progresso tendo com eixo motivador do avanço a chamada “Marcha para o Oeste. A proposta tinha como discurso romper com o atraso e com o isolamento que estigmatizava a antiga capital imersa no sertão. Nessa perspectiva, “tanto o discurso ideológico de modernidade e desenvolvimentismo como a implantação de um plano urbanístico completamente diferente de tudo já construído no estado foram molas propulsoras desse projeto” (PELÁ E CHAVEIRO, 2009, p. 161)

Pelá e Chaveiro (2009) ainda ressaltam a escolha de um estilo arquitetônico que fosse símbolo dos novos ares de modernidade idealizados para a nova capital.

A cidade idealizada para ser modelo de progresso e prosperidade teve que acolher arquiteturas provincianas e práticas socioculturais que não condiziam com a modernidade almejada; ou seja, foi tecida na incongruência da norma e da vida. Esses fatores contribuíram para que a ocupação do território goianiense fosse marcada por disputas de poder entre diversos grupos sociais que misturaram suas territorialidades na estrutura da cidade. Neste sentido, pode-se dizer que as contradições entre o moderno e o tradicional, presentes na construção e ocupação da cidade de Goiânia, são um importante pressuposto para se compreender como questões socioculturais incidiram diretamente na feição e no conteúdo do espaço goianiense. Pois, a partir daí, foi possível constatar as transformações de um planejamento urbanístico que não levou em consideração as diferentes realidades históricas, econômicas, culturais e sociais dos grupos sociais que vão compor e constituir o território. (PELÁ; CHAVEIRO, 2009, p. 161).

Desse não pertencimento de “diversos grupos sociais que misturaram suas territorialidades na estrutura da cidade” (PELÁ E CHAVEIRO, 2009, p. 161) e passaram a ocupar os núcleos suburbanos afastados do “núcleo urbano”, bairros antes vistos como distantes foram ocupados por esses sujeitos, como o setor Vila

Nova, localizado às margens do córrego Botafogo. Somente anos depois foi cadastrado como bairro na cidade.

Mesmo não havendo no plano original da cidade um lugar destinado a abrigar esses trabalhadores, eles se fixaram nela. Invadiram uma área pública, às margens do córrego Botafogo, a partir de 1933, e ali construíram, inicialmente, alojamento e ranchos simples de palha e madeira. Em 1945 essas invasões foram legalizadas e uma delas é hoje um bairro localizado na zona central da cidade: o Setor Leste Vila Nova (PELÁ: CHAVEIRO, 2009, p. 166).

O processo de migração foi responsável pela urbanização e metropolização de Goiânia em seus anos iniciais. O êxodo da zona rural, ou de cidades pequenas ocorreu em circunstâncias de dificuldades de sobrevivência acarretadas pela escassez ou inexistência de atendimentos e serviços de saúde, educação, moradia, tecnológicos. Antes da década de 1970, no Brasil, as zonas rurais não dispunham de redes de energia e os serviços básicos não contemplavam essas populações, como também comunidades quilombolas e indígenas que passaram a ser atendidos somente no final do século XX e no século presente.

Alves (2002) afirma que as implicações para as migrações no estado de Goiás se deram em diferentes décadas e ocorreram, sobretudo, em virtude da concentração fundiária, da luta pela terra, de conflitos sociais, da expansão do capitalismo, da fronteira agrícola, entre outros. Em Goiânia, a migração teve como rota de passagem o atual bairro Campinas.

O estado de Goiás, entre as décadas de 1970 e 1980, na sua urbanização, contou com a “migração originária das unidades federativas do Brasil”, enquanto na formação de Goiânia “70% dos migrantes intermunicipais eram provenientes do próprio estado de Goiás”, tendo sido enviados de 55 municípios goianos, com fluxos de mais de mil de pessoas que partiam de Anápolis, Inhumas, Itaberaí, Anicuns, Ceres, entre outros. Nas migrações interestaduais, nas mesmas décadas 1970/1980, o “fluxo são dos estados de Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso, Rio de Janeiro e São Paulo e de Brasília” (ALVES, 2002, p.73).

O planejamento demográfico que esperavam para a nova capital, segundo Alves (2002), era o de uma população de cinquenta mil pessoas em poucos anos, no entanto, logo ultrapassaria os cem mil. Não se previu local de moradia para esta leva de migrantes, os trabalhadores da construção civil que vieram em busca de trabalho

e de mudança de vida. Estes não faziam parte dos primeiros quinze mil a ocuparem o centro.

Como mostra Alves (2002, p. 67), na década de 1940 a 1950, “as empresas particulares, do tipo imobiliário” contribuíram na divulgação da cidade para o aumento da população, podendo se observar que desde os primeiros anos de fundação de Goiânia até dias atuais a especulação imobiliária é expressiva na cidade. Esse fenômeno provocou a exclusão de trabalhadores assalariados impedindo seu acesso à moradia, sobretudo nas áreas centrais.

Com o crescimento populacional, principalmente que contou com expressiva quantidade de pessoas vindas da zona rural, segundo Alves (2002, p. 77) “na década de 1970, a população residente em Goiânia chegava a 380 773 pessoas com apenas 5% na zona rural”. Com a população não planejada, inicia-se um crescimento horizontal com o surgimento de bairros e vilas, espaços ocupados pelos migrantes em Goiânia, o que resultou em um descontrole do uso do solo e na fuga do plano original da cidade, a qual cresceu muito mais do que estava previsto. Isso favoreceu a especulação imobiliária que elevou os valores dos terrenos, tanto para aqueles inseridos no núcleo urbano inicial da cidade, que já contavam com redes de esgoto, água, energia elétrica e infraestrutura quanto às áreas com novos loteamentos que, em sua maioria, não contavam com esses serviços, o que potencializou a segregação socioespacial e a valorização distinta no espaço urbano.

Para Pelá e Chaveiro (2009) ficou evidente a representação de dois grupos sociais distintos, por um lado a elite que projetou a cidade moderna e por outro os trabalhadores que construíam a cidade.

Ao falar nos diferentes grupos de migrantes, Alves (2002, p. 69) amparada em Chaul (1989) afirma que esses sujeitos “eram provenientes de Minas Gerais, de São Paulo e do Nordeste do país”. Pessoas que saíram de fazendas deixaram a agricultura, a criação de animais e outras atividades ligadas à atividade agrícola. A esse respeito, Pelá e Chaveiro afirmam que “a grande maioria desses migrantes operários era oriunda da região nordeste do país e que a vida nunca fora fácil para eles. Normalmente eram expulsos dessa região, pela seca e/ou pela cerca.” (PELÁ; CHAVEIRO, 2009, p. 165).

Já durante as décadas de 1970, 1980 e 1990, o processo de urbanização se acelerou e as migrações que ocorreram foi intra e inter-regionais, não sendo

somente o fator de migrações responsáveis pelo elevado número crescente, porém as taxas de natalidade, contribuíram para o crescimento populacional e urbano. No ano de 1970, em Goiânia “70% dos migrantes era intermunicipais eram provenientes do próprio estado de Goiás” (ALVES, 2002, p.71).

Haesbaert (1997) defende que é preciso pensar a territorialização e a desterritorialização como processos concomitantes, associados à globalização e fundamentais para compreendermos as práticas humanas. Em uma perspectiva, a migração provoca a desterritorialização, pois as pessoas são retiradas de seus locais de práticas que fundamentam seus modos de vida e sua existência. Porém, em outra perspectiva, embora ocorra a desterritorialização numa escala, se verifica a reterritorialização em outra, pois o migrante carrega estas mesmas práticas para que seja possível e suportável se acomodar em outro local, diferente do seu lugar de vivência.

Na reterritorialização do migrante, o seu ajuntamento com outras e diferentes pessoas que também migram, principalmente nesse caso, de lugar em formação, reforçam identidades, sejam elas percebidas no linguajar, nos gostos por determinados alimentos e suas formas de preparos, nas festas que são inseridas e revelam gostos musicais e danças, nas celebrações religiosas, destacando uma diversidade cultural que vai formando a identidade cultural do lugar.

Goiânia é uma cidade em expansão urbana, metrópole em constante desenvolvimento econômico e social, espaço que facilmente se nota a cotidianidade das pessoas naturais ou migrantes, as vivências de mudanças tanto na natureza como social, uma vez que a vida em sociedade se modifica com a mesma rapidez com que se reproduz a cidade, segundo Ana Fani (2011, p.67).

As primeiras construções, as festas, as celebrações, sobretudo o modo de vida das pessoas no início da fundação de Goiânia são fontes históricas em diferentes arquivos e estão presentes em resultados de pesquisas, livros, hemerotecas entre outros registros de memória em que a oralidade revela como viveram as pessoas e suas famílias ao migrarem para Goiânia.

O Mercado Central de Goiânia: velhos costumes, novos anseios

Os primeiros anos de fundação da capital goiana, em que se discutia e propagava o desenvolvimento, modernidade e progresso, tanto as pessoas ligadas às

famílias de destaque socioeconômico quanto os trabalhadores operários e suas famílias que migraram para Goiânia tinham necessidade de abastecerem com alimentos e outras carências básicas que buscavam encontrar no lugar onde acontecia venda e troca de alimentos cultivados em pequenas plantações. Era possível fazer as trocas e comprar nos ranchos improvisados para atender essas necessidades, possivelmente eram também momentos de encontros para bate-papo.

A imagem a seguir revela como acontecia nos primeiros anos de Goiânia o comércio de produtos procurados pelos trabalhadores que buscavam o sustento familiar em uma feira livre na área central. O transporte dos produtos comercializados era feito com o auxílio de animais como jegues e cavalos ou com carros de boi, cobertos com couro. Nota-se ainda práticas vivenciadas no campo e com hábitos do passado com formas primitivas de transporte presentes na cotidianidade de um espaço urbano planejado e moderno. Os sujeitos presentes na imagem são predominantemente do gênero masculino e de cuja aparência de serem trabalhadores que possivelmente estivessem em busca por alimentos.

Figura 2: Ranchos onde funcionava a feira livre de Goiânia em 1936



Foto: s/r. Data: 1936.

Fonte: Gerência de Patrimônio Cultural - Secretaria Municipal de Cultura.

A preocupação com a salubridade é um aspecto essencial das cidades planejadas, de forma que o comércio local e o abastecimento da população não

poderiam ser mantidos em ranchos improvisados. Assim, da necessidade percebida de adequar em um ambiente que dialogasse com a propaganda feita de que Goiânia era uma cidade planejada em que se previu a ordem sanitária e o desenvolvimento, surge a necessidade de construção de um mercado público para atender tal demanda, de forma que o mesmo deveria acompanhar os padrões projetados para a cidade.

Com isso, o primeiro mercado construído, no início da década de 1940, no núcleo pioneiro de Goiânia é o Mercado Central de Goiânia, cuja edificação é atualmente reconhecida como parte da história e da memória sobre a cidade. O mercado recebeu os moradores e operários da construção da cidade e possivelmente tenha recebido também hóspedes, líderes de governo e profissionais, hoje chamados de pioneiros da história de construção da nova capital de Goiás.

A imagem abaixo é do Mercado Central de Goiânia, quando funcionou na primeira edificação construída na rua 4, setor Central, onde atualmente está construído o prédio Parthenon Center.

Observa-se nas dependências do Mercado Central uma quantidade expressiva de pessoas transitando e trabalhando, uma vez que esse espaço agrega valores diferenciados, por ser um lugar de vendas, de trocas, de relações sociais que vão sendo estabelecidas nos momentos que se tem os bate-papos. Além da presença de homens, há mulheres vendendo e comprando produtos.

Figura 3: Comercialização de produtos alimentícios no Mercado Central de Goiânia. No local em que existia o mercado, atualmente, está o Edifício Parthenon Center. Rua 4, nº515, Setor Central



Foto: Hélio de Oliveira. Data: s/r.

Fonte: Gerência de Patrimônio Cultural - Secretaria Municipal de Cultura

Os mercados públicos são locais de compra de alimentos que, com o passar dos anos, foram agregando outras necessidades e novidades. Passaram a comercializar utilidades para casa, ferramentas, roupas, entre outros, sendo que há produtos que são procurados em datas ou estações específicas, como é o caso de frutas e verduras.

Além disso, esses espaços criados nas cidades foram feitos para abastecer e suprir as necessidades básicas de alimentação com vendas, trocas entre os comerciantes, o que evidencia uma cotidianidade da vida social em um espaço democrático, onde as pessoas saciam necessidades básicas de sobrevivência. Dá-se ali um meio de trabalho para muitos, que tiram o sustento familiar e contribuem tanto para o aspecto econômico e social quanto para a manutenção de um lugar de memórias da história da cidade (PINTAUDI, 2006, p. 84).

Em Goiânia, existem dois mercados no Setor Central: O Mercado Central³, com edificação atual na rua 3 e o Mercado Popular da 74⁴, localizado na rua 74, construído na década de 1950. O Mercado Central foi o primeiro construído no ano de 1941 pela empresa “Provalle”, que faliu à época da construção do prédio, tendo sido noticiado que o empreendimento foi feito em meio a suspeitas de irregularidades (O Popular, 1983).

Segundo reportagem do Jornal O Popular (1983), o quarteirão de 3240m² permeado pelas ruas 4, 6, 7 e 17 no Setor Central, desde a fundação de Goiânia já havia sido destinado para a construção do Mercado Central, cuja doação foi homologada com a Lei nº 4.647, de 08 de outubro de 1963, pelo ex-governador do Estado de Goiás, Mauro Borges Teixeira (1961-1964), para a Prefeitura de Goiânia.

A construção do Edifício Parthenon Center parece ser abrigo de uma série de polêmicas envolvendo o terreno que o comporta. Na gestão do prefeito Manoel dos Reis e Silva (1970–1974), foi autorizada para a incorporadora “Irmãos Valle” uma área pública destinada a ser uma praça de 3240 m², o que resultou na demolição do Mercado Central de Goiânia e na construção de uma nova edificação. Segundo matéria do jornal O Popular (1983), o projeto de construção do edifício “Parthenon Center” contemplava 17 andares, 30 lojas, 160 salas, 819 boxes para carros, além de dois pavimentos que foram ocupados pela Câmara Municipal de Goiânia e o Centro de Tradições Goianas.

Ainda contribuindo à polêmica relacionada ao prédio, está a Caixa Econômica Federal, como instituição credora, embora dirigentes da CEF se negarem a confirmar o leilão pelo qual estava sendo especulada a venda do prédio Parthenon Center, mesmo que segundo a reportagem tudo estivesse sendo preparado pela Justiça Federal de Goiás. O dinheiro foi financiado pela Caixa Econômica Federal, porém à época não era permitido vender nenhum empreendimento comercial (O Popular, 1983).

³ O Mercado Central foi o primeiro a ser construído em Goiânia, na década de 1940, na rua 4, Setor Central, onde hoje é o Edifício Parthenon Center. A edificação construída foi demolida, entre as décadas de 1960 a 1970, para dar ocupação ao projeto de construção do edifício Parthenon Center (que existe até os dias atuais).

⁴ O Mercado Bairro Popular, se localiza na rua 74, Setor Central, conhecido com maior destaque como Mercado da 74, é um bem cultural, tombado como patrimônio cultural da cidade de Goiânia, pelo seu contexto histórico, cultural e o estilo arquitetônico de sua edificação.

Visto como uma transação ilegal a doação da área de 3.240m² feita pelo prefeito Manoel dos Reis e Silva para a incorporadora Irmãos Valle, o deputado estadual Línio de Paiva, no ano de 1979 tentou impedir e retornar para o poder público a área na qual foi construído o Parthenon Center, uma vez que havia a promessa de que o Mercado Central voltaria a funcionar no prédio novo construído, o que não aconteceu. Como foi dito, uma das justificativas para a construção de um novo prédio era a péssima condição que o Mercado Central se encontrava na década de 1970, algo que foi denunciado pelo deputado, exigindo medidas por parte da administração pública municipal. O antigo prédio foi demolido neste mesmo ano com a promessa de uma edificação moderna para abrigá-lo (O Popular, 1983).

O Mercado Central de Goiânia funcionou provisoriamente durante treze anos em uma área entre a Rua 4 e a Avenida Anhanguera, até que fosse construído um novo prédio com melhores condições sanitárias e três pavimentos. Assim, foi construída a edificação onde funciona o mercado até os dias atuais na rua 3 no setor Central.

O Mercado foi construído com o objetivo de proporcionar às pessoas que estavam a trabalho em Goiânia ou decididas a se fixarem como moradores da cidade. O mercado abastecia a cidade com alimentos e era conhecido como “armazém”, sendo praticado tanto no comércio de Goiânia como no de Campinas (GOIÁS, 1985, p. 124-125). Atualmente, é administrado pela Prefeitura de Goiânia, sendo a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Economia Criativa o órgão responsável pelas políticas públicas e normas estabelecidas.

Figura 4: Fachada e entrada do Mercado Central de Goiânia pela Rua 3, Setor Central

Fonte: Arquivo da autora (2022)

A edificação atual do Mercado Central é estruturada em três pavimentos. No primeiro é onde se tem maior circulação de pessoas. As bancas em funcionamento tanto são administradas por mulheres quanto por homens. Nesse pavimento se encontram as bancas de ervas medicinais e garrafadas cujas receitas passam-se de pais para filhos. Do mesmo modo, são comercializados produtos hortifrutigranjeiros compostos por frutas, hortaliças e verduras e é vendido também uma grande variedade de queijos, doces, manteigas, castanhas, grãos e temperos. Há também fumos artesanais vindos de cidades do interior goiano, sapatos de couros, artesanatos⁵diversos em cerâmica, palhas e outros artigos e uma área para alimentação com especialidades da culinária típica, como as empadas e o arroz com pequi. No segundo pavimento, encontram-se muitos boxes ou salas que estão fechados⁶. O reduzido comércio em funcionamento nesse andar é formado por açougues, armazém, ferragista e outros. Já o terceiro pavimento está desativado, sua última utilidade foi o funcionamento de um restaurante popular denominado de “Restaurante Cidadão”, de responsabilidade da Organização das Voluntárias de Goiás, do Governo do Estado de Goiás.

⁵O artesanato é formado por objetos de cerâmica, crochês e cestaria. Há calçados, bolsas e cintos feitos de couro que dividem o espaço com sandálias e sapatos de outras matérias-primas que possibilitam aos clientes diferentes opções na escolha.

⁶Entre 2020 e 2021, a pandemia de contaminação pelo vírus SARS-CoV-2(COVID 19), que também vitimou comerciantes locais, contribuiu para o fechamento de muitas salas ou boxes no mercado.

A figura abaixo mostra um armazém, termo bastante usual entre os anos de 1980 a 1990 por ser um estabelecimento comercial que dispunha de grande variedade de mercadorias. Esse comércio funciona em uma das salas do Mercado Central, na rua 3. O nome de uso “Armazém Cinco” vem desde quando o Mercado Central funcionou na rua 4, na primeira edificação.

Figura 5: Armazém Cinco - Mercado Central de Goiânia piso 2



Fonte: Arquivo da autora (2022)

É preciso destacar a importância e os significados desse bem cultural cuja natureza se revela tanto na imaterialidade dos saberes transmitidos e herdados em família, por exemplo, o modo de fazer as empadas, as garrafadas, o arroz com pequi, etc., como na materialidade observada nos espaços. Além disso, permanece entre os goianienses, a tradição de ir ao mercado para a compra de alimentos, de fumos, entre outros produtos que lá possivelmente são vendidos. Os moradores da cidade são parte do público mais frequente do mercado. A vivência cotidiana no local revela as singularidades de seus valores, memória e identidade como patrimônio cultural goianiense.

O Mercado Central de Goiânia não manteve as características originais de sua primeira edificação, pois foi demolida. Assim, não há ato administrativo de tombamento municipal, estadual ou federal de seu reconhecimento como patrimônio cultural. No entanto, seu valor patrimonial não está na sua estrutura física, mas se revela nas práticas e costumes enraizados na população local, que busca nesse espaço a variedade de ofícios e saberes que são expostos nesse bem cultural. Por

meio dos seus protagonistas, que lhe dão sentidos e recordações, mantém-se e se revela viva a permanência de objetos, de saberes e de aromas lá encontrados.

No campo do patrimônio cultural é preciso critérios para entender os valores, significativos e propiciadores em revelar elementos importantes acerca da história, do lugar, da identidade e da memória. Por certo, do ponto de vista cultural, os mercados são muitas vezes lembrados por sua condição de herança, haja vista que as pessoas de uma comunidade, grupo e sociedade, prezam por suas origens familiares, suas histórias e memórias estabelecidas em lugares de relações comerciais e comunitárias.

Tendo como base a valorização do bem cultural, no entanto, um dos elementos para a discussão de interesse à preservação cultural se refere ao tempo de existência do bem cultural. Nesse caso, as primeiras edificações se tornam testemunhos de processos históricos, sociais e culturais importantes para cada lugar.

Assim, andar pelas ruas de Goiânia é fazer exercícios que envolvem não somente um esforço físico, mas o cognitivo, o da observação do tempo e ritmo que movimenta a cidade, seu desenvolvimento e crescimento, sendo possível perceber mudanças evidenciadas na paisagem, no ritmo frenético e dinâmico das pessoas, nas cores, nas construções, nos sons que descrevem o espaço urbano.

Desse modo, o processo histórico e cultural da fundação de Goiânia revela importâncias singulares do lugar, de pessoas, de ofícios e saberes que passam a incorporar o modo de viver de uma população que se formava e se formou envaidecida pelos rumores aclamados de lideranças políticas, mas que se mantém na simplicidade que revelam os costumes e hábitos dos que lavram a terra e cuidam de animais domesticados.

A respeito dos lugares de memória, Pierre Nora explica que são as memórias individuais ou coletivas que possibilitam a formação de processos que levam o indivíduo ao pertencimento ao lugar. Uma conceituação feita pelo autor considera que “lugares da memória”

São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo

um minuto de silêncio, que parece o exemplo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança. (NORA, 1993, p. 21-22)

Com isso, as recordações podem ser comparadas às fitas de filmes capazes de revelar alegrias, conquistas, triunfos, realizações fracionadas pela incerteza, desprezo, vergonha, tristeza, derrota, tempos vivenciados distantes de familiares ou boas partes juntamente com a família. Visitar pela imaginação ambientes de trabalho, passeios de viagens, estudos, iniciativas de obras e projetos, além de muitos outros que para cada pessoa é algo particular. Os lugares propiciam essa ancoragem da memória.

Na cidade, inúmeros lugares transcendem o tempo, isso porque estão regados de histórias e memórias. Cada relato são partes que constituem e dão formas às histórias do lugar. Assim, não somente edificações já consagradas pelo poder público podem ser consideradas como patrimônio de determinadas comunidades, mas qualquer lugar que ainda seja suporte de uma memória coletiva e tenha significância identitária. O Mercado Municipal de Goiânia, um bem cultural visto pelos seus elementos singulares e de práticas que o mantêm vivo, não está na representação de uma paisagem edificada, porém na memória, como afirma Halbwachs (2003), para quem o espaço âncora as lembranças do vivido. Para o autor (2003, p. 172), “a memória [...] se baseia na permanência do espaço ou, pelo menos, na permanência da atitude adotada pelo grupo diante desta porção do espaço”. Além disso, “quando um grupo humano vive por muito tempo em um local adaptado a seus hábitos, não apenas seus movimentos, mas também seus pensamentos se regulam pela sucessão das imagens materiais que os objetos exteriores representam para ele” (HALBWACHS, 2003, p. 163).

Os sujeitos buscam lembranças ligadas ao que se vê nas fotografias, ao que se lê nos poemas e se ouve nas músicas, como nos aromas recordados e também nos sabores sentidos e imagináveis.

Esse lugar de sabores, cores e aromas é uma edificação que está em sua segunda versão de construção predial. O Mercado Central de Goiânia pode ser considerado como parte do patrimônio cultural goianiense, não pela sua edificação, mas pelas práticas que dão sentido, são importantes e dão vida ao lugar, como

também traz à tona as memórias de saberes que por lá são vistos, sentidos e degustados.

Figura 6: Banca de artesanato – Mercado Central de Goiânia



Fonte: Arquivo da autora (2022)

Certamente, a arquitetura para a edificação do prédio não atrai nenhum interesse do ponto de vista de excepcionalidade, como os edifícios em *Art Déco*, todavia, o lugar cheio de recordações com laços familiares e amizades, se insere ao patrimônio cultural, cuja riqueza e conhecimentos passam de geração para geração, como as sobrevivências de muitos por décadas de trabalho no mercado, como o senhor Valdivino, que vende frutas e acompanhou as mudanças de espaços ocupados na continuidade do Mercado Central.

Figura 7: Banca “Rei das Frutas” do Sr. Valdivino - Mercado Central de Goiânia

Fonte: Arquivo da autora (2022)

Para conhecer um pouco as memórias que revelam o Mercado Central de Goiânia, uma publicação do jornal “O Popular” de agosto de 2016 trouxe a fala do comerciante senhor Valdivino de Paula, que veio de Aragoiânia aos três anos de idade e, à época da reportagem estava com 64 anos, sendo cinquenta anos de trabalho com vendas de frutas no Mercado Central de Goiânia. O mercado tornou-se seu refúgio: “A cidade estava agitada e fui obrigado a ficar lá dentro preso. Durante o tempo que fiquei ilhado recebi um convite para vender morangos e acabei pegando gosto pela coisa e fiz disso minha vida.” (O Popular, 2016).

Entre aqueles que se destacaram com a forma de se fazer as empadas, o saudoso comerciante Alberto Cavalcante de Souza, que à época da reportagem estava com 75 anos, tendo iniciados seus trabalhos ainda criança como entregador de cestas, depois comprou um ponto para a venda de biscoitos e salgados, nos anos de 1950. Ao passar a vender biscoitos, pastéis e quibes e ao conhecer uma cozinheira da Cidade de Goiás, suas empadas tiveram aprovação e a procura pelas pessoas que visitam o mercado. Na reportagem para o jornal O Popular, o senhor Alberto diz que “O Mercado Central foi o início de tudo”. (O Popular, 2016)

O vendedor de queijo de uma das bancas que leva o nome de “Caseiros de Goiás”, está ali há mais de 70 anos. Os pais do comerciante vieram para Goiânia no ano de 1948. Filho de uma alemã, ao se referir ao mercado diz: “Isso aqui é uma herança familiar e nunca quis outra coisa na vida que não fosse isso”. (O popular, 2016).

O Mercado Central de Goiânia permite que seja observada a existência de significados singulares, mas que ao mesmo tempo são plurais na cidade, espaço onde tradições e costumes enraizados na população local podem ser conferidos na variedade de ofícios e saberes que existem no bem cultural.

A memória e o patrimônio “estão articulados entre si”, conectam a união de tempos construídos socialmente como identifica Chagas (2013) ao dizer que: “Eles são arenas políticas, territórios em litígio, lugares onde se disputa o passado o presente e o futuro”, mesmo que seja conflituoso e que apresente desafios o objetivo é o de manter preservado para gerações futuras (IPHAN *apud* Chagas, 2013, p. 29).

Considerações finais

Os valores e práticas culturais trazidos pelos migrantes contribuíram no processo de urbanização e na formação de costumes e hábitos que também consolidam a identidade cultural do goianiense. As necessidades básicas enfrentadas pelos migrantes nos primeiros anos de Goiânia indicam que a construção do seu primeiro mercado público foi uma das formas de deixar alinhar o lugar de venda e trocas ao projeto de urbanização e modernização, como também consolidar o comércio na capital. Com isso, as pessoas que frequentavam antes os ranchos improvisados para o comércio passaram e continuaram a compartilhar seus gostos, saberes e fazeres, além de recordações em um espaço edificado. Nesse sentido, o Mercado em estudo se revela como antiga tradição que resiste na capital construída sob os discursos que exaltavam o moderno.

O Mercado Central é um bem cultural cujo sentido de “lugar de memória” perpassa pelos percalços históricos da construção de Goiânia, das relações de trabalho e das migrações, dos conflitos e interesses políticos e econômicos relacionados à sua localização central. Por outro lado, sua carga de memória se aguça, sobretudo, pelo paladar, pelo olfato, pelos modos de fazer, pelas relações de amizade com a clientela e entre os comerciantes. Esta pesquisa, ainda que em estágio inicial, buscou conhecer e descrever parte desse universo, identificando sua história de fundação, sua organização social e espacial, sua abrangência e sua heterogeneidade.

Portanto, a construção do primeiro mercado público em Goiânia com seus ofícios e saberes expostos é um patrimônio cultural tanto dos detentores de saberes, que ao longo de décadas tiram seus sustentos e dão continuidades a práticas que ligam suas lembranças de infância à histórias da construção da capital, quanto do cidadão goianiense, que ainda vivencia cotidianamente seus espaços. Espaços envolvidos por cheiros, sabores e cores procurados pelas pessoas que compartilham suas recordações, como também tradições no uso de ervas medicinais que curam e aliviam os incômodos de enfermidades. Não se pode esquecer das receitas e segredos dos temperos e especiarias que dão sabor especial às receitas culinárias de família. Nem das criatividade que resultam nos artesanatos de tecidos, crochês ou de palhas, além do uso do tabaco, diversidades expostas, vivenciadas e que compõem as narrativas do legado.

Fazem-se necessárias pesquisas que investiguem formas de inserção desse patrimônio cultural em processos de educação patrimonial como o mapeamento dos saberes mediante a realização de um inventário com a participação da comunidade detentora de saberes e ofícios, por meio do processo dialógico em que se aprende/ensina os sentidos do patrimônio cultural que há no lugar, conforme afirma Simone Scifoni (2019, p.30).

As comunidades produtoras e detentoras de saberes, fazeres e das expressões são protagonistas nesse processo, pois são elas que tornam os lugares como o Mercado Municipal, um lugar de memória. As discussões sobre a valorização dessas práticas e manifestações culturais e sua importância na cidade podem e precisam ser ampliadas, a fim de oportunizar novas perspectivas de uso e gestão que venham a ser iniciadas pelo Órgão Municipal responsável, com possibilidades de participação e parcerias para a efetivação de políticas públicas que visem à valorização e permanência de um espaço cultural, como o Mercado Central.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria de Lourdes. **Goiânia uma cidade de migrantes**. 2002. 100 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade** / Ana Fani Alessandri Carlos. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2011. (Repensando a Geografia).

CHAGAS, Mário. Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. In: Átila Bezerra Tolentino. (Org.). **Educação Patrimonial** - educação, memórias e identidades. Caderno Temático 3. 1a.ed. João Pessoa: Iphan, 2013, v. 3, p. 27-31.

DAHER, Tania. **Goiânia, uma utopia europeia no Brasil** / Tania Daher. – Goiânia: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2003.

DECRETO nº 3.547, de 6 de julho de 1933. Disponível em: <
<https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v1/arquivos/15251>>, acesso em: 20/12/2022.

FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Goiás e goianidade**. Aphonline. Trindade – GO, v.1, n.1, p.52-64, an./jun. 2011.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**: a rede gaúcha no Nordeste. Niterói: Eduff, 1997.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

MARTINS, Tattiusa. **Entre a cidade sonhada e a cidade real**. Formas e tempos da cidade / Org. [por] Manuel Ferreira Lima Filho e Laís Aparecida Machado. Goiânia: Cãnone Editorial, Ed. UCG, 2007. p. 141-149.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. **Como Nasceu Goiânia, [1938]**. [Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”]. Reedição 1979.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História**. A problemática dos Lugares. Tradução: Yara AunKhoury, São Paulo: Proj. História, n. 10. dez. 1993.

O POPULAR, Jornal. **Edição de 09/01/1983**. Arquivo da Biblioteca da SEPLAM. Prefeitura de Goiânia.

O POPULAR, Jornal. **Edição de 25/08/2016**. Arquivo da Biblioteca da SEPLAM. Prefeitura de Goiânia.

PELÁ, Márcia Cristina Hizim; CHAVEIRO, Eguimar Felício. **Sujeitos não desejados no espaço planejado**: disputa de territorialidades na construção de Goiânia. Territorialidades na América Latina / Maria Geralda de Almeida. Goiânia: Universidade Federal de Goiás/FUNAPE, 2009.

PINTAUDI, Silvana Maria. **Os Mercados Públicos**: Metamorfoses de um Espaço na História Urbana. Cidades, v. 3, n. 5, 2006, p. 81-100. Disponível em:
<http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/505/537>. Acesso em: 29 out. 2018.

SCIFONI, Simone. Conhecer para preservar: uma ideia fora do tempo. **Revista CPC**, São Paulo, n. 27, edição especial, p.14-31, jan./jul., 2019. Disponível em:
<https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/157388>. Acesso em: 18 nov. 2021.

SOUZA, Fabíula Sevilha de. Natureza, ocupação territorial e vias de Goiás nos relatos de viagens do século XIX. **Revista Brasileira de História da Ciência**. Rio de Janeiro, 2002, v. 5, n. 1, p. 50-59.